

aluguer à data terminal daquela, — outra será a questão da data inicial do triênio a que se refere o art. 31, do Decreto n.º 24.150;

b) se a nova locação não vigorar a partir da data do registro do mandado, como está escrito no art. 19, do mesmo Decreto n.º 24.150, — o triênio terá por início a data da sentença final que houver, mediante apreciação das condições econômicas da época, estabelecido o respectivo aluguer;

c) na espécie, sendo essa sentença de 6 de outubro de 1949, ainda não decorreu o aludido triênio;

d) foi iniciada, assim, prematuramente a ação revisional, da qual, enquanto não estiver ele completo, carecerá o autor.

É o meu parecer,

sub censura.

Belo Horizonte, junho de 1951.

— Darcy Bessone.

Crime de responsabilidade de funcionário — Justificação — Inquérito policial

— No crime de responsabilidade do funcionário, a justificação não é indispensável, para instruir a denúncia, quando há documentos que façam "presumir" a existência do delito.

— O inquérito policial vale no caso como princípio de prova e não como repudiá-lo como tal, só porque provém da polícia.

(AP. N.º 6.510, DE CARLOS CHAGAS — Parecer do Subprocurador Geral do Estado, DR. JOSÉ MANUEL MARQUES LO-PES).

O Sargento Getúlio Amorim Filho, da polícia do Estado do Espírito Santo, na "zona-contesta-

da", a pretexto de uma diligência, mandou prender Antônio Pinheiro Andrade, espancando-o brutalmente e ainda o deixando preso por mais de 24 horas.

O fato chegou ao conhecimento da polícia que procedeu minuciosa investigação e mandou proceder auto de corpo de delito.

Os autos foram assim às mãos do representante da Justiça Pública, que instaurou a competente ação penal, dando o réu incurso nas penas dos arts. 322 e 129, § 1.º, I do Código Penal.

A denúncia foi recebida. A instrução se fez. Na oportunidade da decisão, o Dr. Juiz anulou todo o processo, porque, tratando-se de crime de responsabilidade de funcionário, deveria a inicial vir acompanhada de justificação.

Intimado o Dr. Promotor recorreu, o que fez com apoio em lei e em tempo oportuno. Fôra notificado dia 16-1, tendo seu prazo, por conseguinte, expirado a 21, domingo, daí a prorrogação para o dia imediato (art. 798, § 3.º, do C. P. P.).

Arrazoaram as partes. O Dr. Juiz *a quo* sustentou seu despacho e assim vieram os autos a esta superior instância.

Pelo conhecimento do recurso, é assim, de princípio, o nosso parecer.

Não encontramos nulidades processuais.

De meritis.

Renova-se, nesta oportunidade, antiga questão processual que, de tempos a esta parte, se repete com relativa frequência, traduzindo talvez a flutuação de opiniões em torno da questão.

O Dr. Juiz enfileira-se na corrente mais formalista, pareceu-lhe impossível ser iniciada uma ação penal contra funcionário, indigitado autor de crime de responsabilidade, sem precedê-la justificação que, obrigatoriamente, deve instruir a denúncia. Nesse

caso, *data venia*, melhor caminho teria seguido S. Exc.ª., rejeitando de início a denúncia, haveria pelo menos economia de tempo. Preferiu, entretanto, receber a denúncia, ordenar o interrogatório, realizar toda a instrução, aliás trabalhosa, contra um réu recalcitrante que tudo fez para embaraçar a ação da justiça — e, afinal, anular todo o procedimento criminal!

A questão não é nova, como já o dissemos e jurisprudência e doutrina se contradizem a cada passo. Esse mesmo Augusto Tribunal tem arestos contrários à tese do Dr. Juiz (*Revista Forense* — CXXI, 275).

Por isso, estamos muito à vontade em escolher uma das doutrinas.

E é assim que vimos preferindo filiar-nos aos que pensam que a justificação não é obrigatória. Parece-nos uma doutrina mais lógica, mais consentânea com o espírito da lei.

Vê-se, de uma leitura atenta do art. 513 do C. P. P., que a intenção do legislador foi evitar surpreender os servidores do Estado com ações penais precipitadas, sem o menor apóio em provas, com grave dano para os funcionários e até mesmo para o serviço público.

O legislador quer algum apóio, algum indicio de um crime. Não quer prova provada, tanto assim que estabelece uma alternativa de documentos ou justificação. Ora, documento é qualquer declaração escrita para servir de prova ou título, definem os dicionários (*Enciclopédia e Dic. Internacional*).

E justificação é de valor mui precário, basta atender-se ao seu conceito — "a justificação é apenas julgada por sentença, o que significa na linguagem forense, que o juízo processante se limita a dar caráter judicial aos depoimentos prestados, sem os examinar no mérito." (*Costa Manso*,

citado por Espinola Filho — vol. V, pág. 19).

Quer dizer — a justificação não se distancia de léguas de qualquer documento gracioso.

Então porque essa ogeriza ao inquérito policial? Não é feito ele sob a presidência de uma autoridade investida de função pública, não há escrivão, intimações, peritos, testemunhas e tudo mais que dá caráter de veracidade às peças judiciais?!

Há uma grande sabedoria na lei quando estabelece a maneira de oferecer tais denúncias, que devem ser acompanhadas:

- a) de documentos, ou de
- b) justificação — que façam presumir a existência do delito.

Até mesmo numa interpretação estritamente gramatical, levaremos à melhor. A lei usa a disjuntiva *OU*!

Há ainda uma hipótese: ou declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas (art. 513, *in fine*).

Nesse tópico, quem vai fundo na questão é BENTO DE FARIAS — mostra que, se a simples declaração da própria parte, de impossibilidade de apresentar outras provas, permite o oferecimento da denúncia desacompanhada de justificação ou documento, por que não admitir que isso ocorra indo a inicial com um inquérito policial?

Vale, nesse caso, o inquérito como princípio de prova.

O legislador admite a ausência de qualquer elemento de prova que faça suspeitar a existência do delito. O legislador aceita documentos, sem exigir mais de que valor de presunção de crime. O legislador conforma-se com uma justificação, feita perante o juízo cível e cujo mérito só pode ser examinado no juízo criminal — seria muito estrava-

gante que o legislador repudiase um princípio de prova, que também faz presumir a existência de um crime, e cuja feitura é regulada pelo estatuto processual penal — o *inquérito policial*.

Não podemos repudiar a prova policial só porque vem da polícia, como se aquêle importante departamento do Estado e órgão cooperador de justiça fôsse um antro de bandidos. Pelo contrário, o que afirma a polícia, o Delegado, deve ser recebido de modo especial — vale pelo menos sua palavra como de um depoimento de qualidade, de alguém especializado, afeito a investigar, do testemunho de um técnico. É pensamento de um mestre do processo penal (Costa Cruz — *Curso Elementar de Prática do Proc. Criminal*, pág. 18).

Tanto mais se analisa a questão em face da lei, da boa doutrina e mais se convencerá de que a lógica está conosco. Socorre-nos o bom direito.

As questões devem ser examinadas em espécie, sem a estreiteza e uma norma geral, mas na amplitude dos casos concretos. Analisadas com proficiência, sem preconceitos, mas, sobretudo, um vastíssimo campo, com a preocupação superior de fazer justiça.

É por isso que, deixando essas

divagações indispensáveis, é certo, para elucidar nosso ponto de vista, passamos agora a olhar os autos.

Neste processo há uma prova completa de um crime. A vítima esteve presa mais de 24 horas a mando do sargento. Foi brutalmente seviciada, à borracha. Está na iminência de ter sua saúde perdida para sempre. Afirmando os peritos médicos e corroboram os depoimentos leigos. A autoria é inconteste. Esse homem, o réu, deve se sentir estimulado pela frouxidão da Justiça que nunca o apanha, apesar de sua persistência nesses crimes.

Não vemos que documento, ou justificação, poderiam ser mais eloquentes.

Estamos certos de que o intuito da lei será bem atendido se subsistir esse processo, feito com tanto embaraço...

Pelo exposto, é nosso parecer pelo provimento do recurso a fim de que julgado válido o processado, volvam os autos à instância inferior e se pronuncie sobre o mérito o ilustrado Juiz que preside os destinos judiciários daquela Comarca.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 1951. *João Manuel Marques Lopes* — Subprocurador Geral do Estado.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Réu menor — Falta de curador durante o inquérito policial

— É nulo o processo quando ao réu menor não se deu curador na fase policial.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 30.516 — Relator: MINISTRO OROSIMBO NONATO.

ACÓRDO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso extraordinário número 30.516, do Piauí, recorrente José Eugênio da Silva, recorrido Tribunal de Justiça, acórdão do Supremo Tribunal Federal, integrando neste o relatório retro, e na conformidade das notas taquigráficas precedentes, dar provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1948 (data do julgamento). — *José Linhares*, presidente. — *Orosimbo Nonato*, relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Orosimbo Nonato: — Sr. Presidente, ao douto Tribunal de Justiça do Piauí José Eugênio da Silva pediu *habeas-corpus*. Alegou, então, o impetrante que sob denúncia do Ministério Público fôra processado e condenado à pena de doze anos de prisão por crime de homicídio na pessoa de Maria Dolores de Oliveira. Como se verificou da denúncia, diz o impetrante, tinha o acusado, à época do delito, dezenove anos de idade. Ao ser interrogado pela autori-

dade policial, não lhe foi dado curador, conforme determina o art. 15 do Código de Processo Penal. Ora, tendo assim acontecido, o processo é nulo. O pedido não teve êxito afortunado, pois aquêle ilustre colégio judiciário o indeferiu, lendo-se no acórdão o seguinte: "A falta de curador ao réu menor não acarreta nulidade, quando da omissão não resultou prejuízo para a defesa". Um dos eminentes Srs. Desembargadores entendeu que o caso não era de *habeas-corpus* porque se trata de processo findo, sem que o réu houvesse usado de recurso legal, a saber, a revisão criminal. A parte, irresignada com esta decisão, dela recorreu para o Supremo Tribunal.

E' o relatório.

VOTO

Sr. Presidente, o motivo apresentado pelo réu, a meu ver, procede. O art. 15 do Código de Processo Penal determina, designadamente, que, se o indiciado fôr menor, lhe será dado curador, o que não ocorreu na espécie; apenas na fase judicial o réu teve defensor, mas, na fase policial, não se lhe deu curador, apesar de sua declaração incontestada de ter, então dezenove anos. A este propósito, o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência vacilante. Muitos eminentes Ministros entendem que o fato não influi na sorte do processo senão quando se demonstra prejuízo da defesa, ao passo que outros eminentes Ministros, em cujo pare-